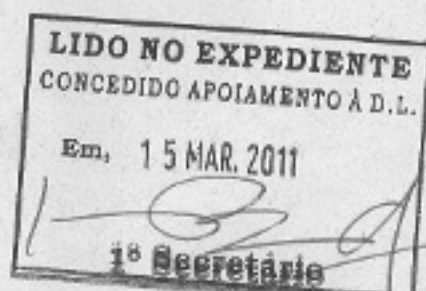




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CENTRO LEGISLATIVO ANIBAL KHURY



PROJETO DE LEI Nº 190/11


EMENTA: Assegura aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças).

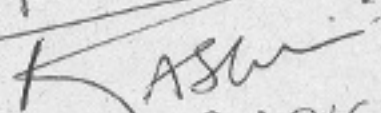
Art. 1º - Atendendo as determinações da Lei Federal nº 6938/81, fica assegurado aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças) no território do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. A liberação ocorrerá após vistoria do órgão competente, respeitadas as normas estabelecidas pela Resolução Conjunta IBAMA/SEMA/IAP nº 007, de 18/04/08, no que couber.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em _____


Nereu Moura
Deputado Estadual

Apoiamento:

R4304 RODRIGUES
Deputado Estadual





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

CENTRO LEGISLATIVO ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Muitos agricultores estão tendo prejuízo devido à exigência de leis ambientais que dificultam a retirada de árvores para destinação apropriada nas propriedades rurais. Atualmente as árvores que caem, ou secam devido a ocorrência de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças) não podem ser aproveitadas economicamente.

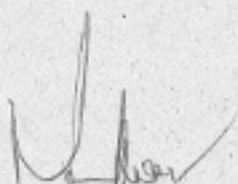
É frustrante ao agricultor que tanto precisa de madeira para melhorar a sua propriedade ter que presenciar uma árvore, às vezes centenária, apodrecer no solo sem ser utilizada.

Os produtores rurais precisam constantemente investir em melhorias em suas propriedades: uns necessitam construir uma casa para morar ou uma garagem para guardar as máquinas agrícolas; outros precisam construir um chiqueiro, um estábulo, um aviário, uma leiteria para diversificar sua produção e aumentar a lucratividade de sua propriedade.

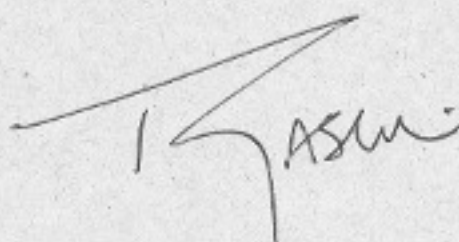
No entanto, devido a questões burocráticas e leis ambientais que vão de encontro com o desenvolvimento sustentável, os agricultores não conseguem aproveitar a madeira que está disponível em sua propriedade.

Por isso é necessário uma reanálise nos procedimentos administrativos atualmente adotados pelos órgãos ambientais no sentido de permitir que o produtor rural possa se utilizar desses recursos naturais sem maiores burocracias e com maior agilidade.

Isto posto, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.



Nereu Moura
Deputado Estadual





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO ANIBAL KHURY
Gabinete Deputado Alexandre Curi

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI 190/11

Projeto de Lei nº 190/11

Autor: Deputado Nereu Moura

PREFÁCIO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, assegura aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais..

EMBASAMENTO JURÍDICO

Verifica-se que o projeto em análise visa desburocratizar o sistema de exploração da madeira destas árvores, aproveitando-as quando são atingidas por causas naturais, como ventos, tempestades, raios, doenças.

Segundo o artigo 24 da Constituição Federal, em seu inciso VI, é de competência dos Estados, concomitante com a União, legislar sobre florestas, conservação da natureza e proteção ao meio ambiente. O Regimento Interno deste Poder, em seu artigo 124, e o artigo 65 da Constituição Estadual, estabelecem a competência para o parlamentar iniciar matérias com este objeto.

Sendo que a matéria elencada não se encontra no rol de competência privativa do Poder Executivo, pode-se o presente projeto de lei seguir sua normal tramitação

CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, tendo em vista a **CONSTITUCIONALIDADE** apresentada pelo projeto de lei em análise, opinamos pela **APROVAÇÃO**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Kfury

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 190/2011

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por escopo assegurar aos proprietários rurais, após devida vistoria do órgão ambiental competente, o direito de utilização e exploração econômica de madeiras de árvores nativas vítimas de causas naturais, como vento, tempestade, raios e pragas, em todo Estado do Paraná.

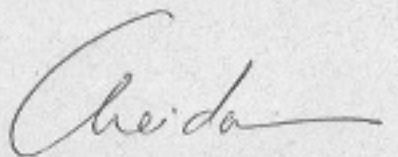
Em face do caráter do objeto do presente projeto de lei possuir um relevante interesse coletivo, opino favoravelmente à aprovação do presente Projeto de Lei.

Portanto, em face do exposto e conforme o parecer da CCJ, oferecemos PARECER FAVORÁVEL, recomendando a sua aprovação.

Curitiba, 18 de maio de 2011.


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES

RELATOR


DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA

PRESIDENTE



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion

COMISSÃO DE AGRICULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI 190/11

Projeto de Lei nº 190/11

Autor: Deputado Nereu Moura

Súmula: Assegura aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores vítimas de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças).

EMENTA: MEIO AMBIENTE. ASSEGURA AOS PROPRIETÁRIOS RURAIS O DIREITO DE EXPLORAR ECONOMICAMENTE A MADEIRA DE ÁRVORES VÍTIMAS DE CAUSAS NATURAIS (VENTOS, TEMPESTADES, RAIOS, DOENÇAS) . APROVAÇÃO.

I - SÍNTESE FÁTICA

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura assegura aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores vítimas de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças), após vistoria do órgão competente. O presente projeto de lei recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, tendo seu mérito já sido aprovado pela

Praça Nossa Senhora da Salete s/n, Gabinete 808 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
41 3350-4006

1



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion

Comissão de Meio Ambiente após criteriosa análise, estando apto a ter seu mérito analisado também por esta Comissão temática.

II – MÉRITO

Vencidas as discussões quanto à constitucionalidade do presente projeto de lei, resta no âmbito desta comissão apenas a análise quanto ao mérito da matéria objeto da proposição, por força do que dispõe o artigo 33, §6º do Regimento Interno.

Pois bem.

Visa o presente projeto de lei assegurar aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores vítimas de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças), após a vistoria e liberação por órgão competente, respeitadas as normas estabelecidas pela Resolução Conjunta IBAMA/SEMA/IAP n. 007, de 18/04/2008.

É notório o relevante interesse coletivo, como bem destacou o Deputado Jonas Guimarães em seu parecer na Comissão de Meio Ambiente. Porém, o grande mérito deste projeto é o de simplificar a burocracia e permitir a exploração comercial das árvores vítimas de morte por causas naturais, tornando a atividade agropecuária mais sustentável, permitindo que os produtores rurais possam utilizar a madeira em suas propriedades e/ou explorá-la comercialmente ao invés de ver as árvores apodrecerem no solo sem poder ser utilizadas.

Portanto, não havendo óbices, opino pela aprovação do presente projeto de lei.

Praça Nossa Senhora da Saleta s/n, Gabinete 808 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
41 3350-4006

2




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, *22* de agosto de 2011.


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR

PRESIDENTE


DEPUTADO PEDRO LUPION

RELATOR


A. W. B. B. B.


B. B. B.


B. B. B.


B. B. B.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda
PLENÁRIO
Nº 01
29/08/11

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 190/2011

Conforme prevê o art. 137, § 1º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresentamos a presente emenda supressiva ao Projeto de Lei 190/11, de autoria dos Ilustres Deputados Nereu Moura e Rasca Rodrigues, que tem por objetivo assegurar aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais, retirando o termo "doenças" do seu art. 1º, conforme redação a seguir:

"Art. 1º Atendendo as determinações da Lei Federal 6.938/81, fica assegurado aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais (ventos, tempestades e raios) no território do Estado do Paraná.
(.....)"

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2011.

AUGUSTINHO ZUCCHI
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda supressiva visa retirar do texto do art. 1º do Projeto de Lei 190/11 o termo "doença" que constava ao lado de outras causas naturais que podem acarretar a morte de árvore nativa, tal como ventos, tempestades e raios.

Justifica-se o pleito a fim de evitar que proprietários rurais mal intencionados ou mesmo mal orientados venham a ministrar qualquer espécie de medicamentos às árvores nativas que possam vir a lhes adoecer e consequentemente tirar-lhes a vida simplesmente para aferir lucro com a permissão de sua comercialização conforme prevê o presente projeto de lei.

Pelos motivos acima expostos, peço o apoio e aprovação da emenda supressiva pelos nobres pares desta Casa de Leis.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 190/11

Projeto de Lei nº 190/11

Autor da emenda: Deputado Augustinho Zucchi.

Súmula: Assegura aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais (ventos, tempestades, raios e doenças).

EMENTA: OBJETIVA MODIFICAR O ARTIGO 1º DO PROJETO DE LEI 190/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33, 137, 138 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA SUBEMENDA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem como objetivo assegurar aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais (ventos, tempestades, raios e doenças), sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Estadual Alexandre Curi.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Supressiva, de autoria do Deputado Estadual Augustinho Zucchi. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como supressiva, vide §1º deste mesmo artigo, aquela proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra. (grifo nosso).

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Porém, com o objetivo de proporcionar uma melhor técnica legislativa a emenda ora em tela, propõe-se a seguinte



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

subemenda, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

Neste sentido dispõe o art. 138 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 138. A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Supressiva proposta pelo Deputado Estadual Augustinho Zucchi, na forma da **SUBEMENDA** em anexo.

Sala das Comissões, em 05 de setembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI

RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

**SUBEMENDA A EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº
190/2011**

Com fulcro no que autoriza os artigos 138 e 141, inciso II do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Subemenda, a qual visa alterar a Emenda Supressiva de Plenário de autoria do Deputado Estadual Augustinho Zucchi que passa a vigorar com a seguinte redação:

Conforme prevê o art. 137, § 1º, do Regimento interno desta casa de Leis, apresentamos a presente emenda supressiva ao Projeto de Lei 190/11, de autoria do Ilustre Deputado Nereu Moura, que tem por objetivo assegurar aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais, retirando o termo "doenças" da EMENTA e do seu Art. 1º, conforme redação a seguir:

Ementa: Assegura aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais (ventos, tempestades e raios).

Art. 1º. Atendendo as determinações da Lei Federal 6.938/81, fica assegurado aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais (ventos, tempestades e raios) no território do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 05 de setembro de 2011.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO ALEXANDRE CURI

RELATOR



DEP. NEY LEPRIVOSI E PEDRO LUPION

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D.L.

Fls. 01

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCÉDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em 14 FEV 2011

PROJETO DE LEI N.º 039/11

REGISTRO

EMENTA: Estabelece a política estadual de apoio ao cooperativismo.

Art. 1º A Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo terá como finalidade o conjunto de atividades exercidas pelo Poder Público e privado que venham a beneficiar direta e indiretamente o setor cooperativista na promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural, desde que reconhecido seu interesse público.

Art. 2º São objetivos da Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo:

I - apoiar técnica, financeira e operacionalmente o cooperativismo no Estado do Paraná, promovendo, quando couber, parceria operacional para o desenvolvimento do sistema cooperativista;

II - estimular a forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do cooperativismo e da legislação vigente;

III - estimular a inclusão do estudo do cooperativismo nas escolas, visando a uma mudança de parâmetros de organização da produção, do consumo e do trabalho;

IV - divulgar as políticas governamentais para o setor;

V - propiciar maior capacitação dos cidadãos pretendentes ou associados das cooperativas;

VI - fomentar o desenvolvimento e autogestão de cooperativas de trabalho legalmente constituídas.

Art. 3º O sistema estadual de ensino incentivará o cooperativismo por meio:

I - do desenvolvimento da cultura cooperativista;

II - do fomento ao desenvolvimento de cooperativas escolares;

III - das práticas pedagógicas com fins cooperativistas;

248-B

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO N.º 2917
EM 15/02/11
FUNCIONÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D.L.

Fls. 02

IV - da utilização dos estabelecimentos públicos estaduais de ensino pelas sociedades cooperativas para fins de programações em comum;

Art. 4º Nas licitações promovidas pelo Poder Público do Estado do Paraná, para prestação de serviços, obras, compras, publicidade, alienações e locações, participarão as cooperativas legalmente constituídas.

Art. 5º Fica o Poder Executivo, por sua iniciativa ou por provocação da cooperativa interessada, autorizado a conceder em comodato, alienação por venda, ou doação, à cooperativas de todos os ramos, bens imóveis do Estado.

Art. 6º O Poder Público Estadual, quando recomendável para atender às demandas de seu funcionalismo, estabelecerá convênios operacionais com as cooperativas de crédito, buscando a agilização do acesso ao crédito ao setor e da prestação de serviços, especialmente quanto à arrecadação de tributos e ao pagamento de vencimentos, soldos e outros proventos dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, e dos pensionistas da Administração Direta e Indireta, por opção destes.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

NEY LEPREVOST
DEPUTADO ESTADUAL

PEDRO LUPION
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA:

A cooperação existe desde os primórdios de nossa história e sempre se fez presente na vida humana. A idéia de auxílio mútuo entre os homens serviu e contribuiu para que estes, juntos, vencessem obstáculos que sozinhos certamente não conseguiriam vencer.

A essência do cooperativismo pode ser assim definida: a cooperação como forma de organização para a solução dos problemas econômicos e sociais do homem. O cooperativismo tem nas cooperativas a forma de organização social e econômica dos associados, que se tornam, por meio dela, empreendedores cooperados.



O termo "cooperação" deriva etimologicamente da palavra latina "cooperare", formada por "cum" (com) e "operare" (trabalhar), e significa agir simultânea ou coletivamente para um mesmo fim, ou seja, trabalhar em comum para o êxito de um mesmo propósito.

Não há dúvida de que o cooperativismo é um dos caminhos viáveis para se chegar ao desenvolvimento. Na Europa, mais de 45% da população é cooperativada, e, nos Estados Unidos, 35%, enquanto que no Brasil são apenas 5%. A dificuldade de crescimento do setor envolve a combinação perversa entre a falta de investimentos em educação, o que naturalmente estimula a cooperação e o não reconhecimento dos Poderes Públicos à especificidade do cooperativismo.

Um exemplo dessa dificuldade está demonstrado no compromisso da Administração Pública em geral de não mais contratar cooperativas e não possibilitar sua participação em processos de licitações. Diante desta situação, as cooperativas são obrigadas a recorrer ao Poder Judiciário para garantir os princípios constitucionais da legalidade e da igualdade.

A cooperativa como empreendimento econômico que busca a melhoria do social deve obter dos Poderes Públicos um tratamento adequado às suas especificidades, conforme explicita a Lei Nº 5.764, de 18 de dezembro de 1971.

O cooperativismo é uma doutrina que propaga o empreendedorismo, a valorização da pessoa humana, a democracia, o desenvolvimento social e econômico. Em nossa sociedade precisamos criar alternativas de organização social que propiciem a geração de trabalho e renda para as pessoas. Levando-se em conta que o cooperativismo é dotado de valores e princípios democráticos e de igualdade, podemos considerar que o ensino do cooperativismo nas escolas pode refletir na formação de pessoas com mais consciência crítica, valores democráticos e que sejam, acima de tudo, empreendedoras.

Diante do número de cooperativas e cooperados existentes no Paraná e do potencial de criação de novos empreendimentos, é imprescindível que o Poder Público adote uma política de apoio ao cooperativismo, portanto, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis para que este projeto seja aprovado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

10

PARECER AO PROJETO DE LEI 039/2011

Projeto de Lei nº 039/2011.

Autor: Deputado Ney Leprevost e Deputado Pedro Lupion.

Súmula: Projeto de Lei 039/2011:
Estabelece a política estadual de apoio
ao cooperativismo.

EMENTA: POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO
AO COOPERATIVISMO. POSSIBILIDADE.
APOIO E ESTÍMULO POR PARTE DO
ESTADO. ARTS 174, § 2º DA CF e 148 DA
CE. INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO.
ART. 53, V DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.
CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO.
PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA
EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Pedro Lupion, tem por intuito estabelecer a política estadual de apoio ao cooperativismo, o qual tem a finalidade do conjunto de atividades exercidas pelo Poder Público e privado que venham a beneficiar direta e indiretamente o setor cooperativista na promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural, desde que reconhecido seu interesse público.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, é importante ressaltar que a Constituição Federal em seu artigo 174, §2º possibilita a implantação de políticas de apoio ao setor cooperativista, vejamos:


Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

§ 2º - A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 148, também apoia o cooperativismo, o qual vejamos:

Art. 148. O Estado apoiará e estimulará o cooperativismo.

Continuando a analisar a Constituição do Estado, verificamos a iniciativa da elaboração das Leis ordinárias, a qual cabe, com base no artigo 65 da C.E, a qualquer membro da Assembléia Legislativa, vejamos:


Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

22


Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos nossos).

Especificando a última citação acima exposta, temos no artigo 53, inciso V o seguinte:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

Entende-se no inciso V do artigo 53 da Constituição Estadual que cabe a Assembleia Legislativa do Paraná legislar e dispor sobre matérias que versem sobre planos e programas de desenvolvimento, sendo que o Projeto de Lei em análise versa sobre o apoio ao cooperativismo estadual, que necessariamente beneficiará setores de desenvolvimento.


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

13

Diante disso, de uma maneira geral o presente Projeto de Lei pode ser considerado constitucional, no entanto, se faz necessário sanar o vício de iniciativa apresentado nos artigos 5º e 6º do mencionado Projeto, através da presente **EMENDA MODIFICATIVA em anexo**.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO, nos termos da EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.**

Sala das Comissões, 22 de Março de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO

RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

14

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 039/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, na qual o presente projeto de lei passar a contar com a seguinte redação:

Art. 5º - Fica a critério do Poder Executivo, por sua iniciativa ou provocação, conceder em comodato, alienação por venda, ou doação, à cooperativas de todos os ramos, bens imóveis do Estado.

Art. 6º - Fica a critério do Poder Executivo, quando recomendável para atender às demandas de seu funcionalismo, estabelecer convênios operacionais com as cooperativas de crédito, buscando a agilização do acesso ao crédito ao setor e da prestação de serviços, especialmente quanto à arrecadação de tributos e ao pagamento de vencimentos, soldos e outros proventos dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, e dos pensionistas da Administração Direta e Indireta, por opção destes.



Sala das Comissões, em 22 de março de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO

RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



17

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei nº 039/11

Projeto de Lei nº 039/2011 – “Estabelece a política estadual de apoio ao cooperativismo.”

Chamada esta Comissão Permanente a opinar sobre o Projeto de Lei nº 039/2011, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Pedro Lupion, coube a este parlamentar apresentar parecer a essa comissão. Trata-se de um Projeto de Lei que visa estabelecer a política estadual de apoio ao cooperativismo.

Na Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei em tela recebeu parecer favorável do relator, Deputado Cesar Silvestre Filho, tendo, no entanto, recebido emenda modificativa, devidamente aprovada.

Em relação à competência regimental desta Comissão, o projeto em tela atende aos princípios constitucionais e legais no que tange à Educação, não encontrando nada que o invalide.

A justificativa do projeto enfatiza que o cooperativismo é um caminho pouco utilizado em nosso país e apoiá-lo ampliará as possibilidades de desenvolvimento social e econômico, buscando mecanismos para propiciar a geração de trabalho e renda para as pessoas. Deste modo, o ensino do cooperativismo nas

12



escolas visa refletir na formação de cidadãos empreendedores, criando a consciência crítica e os valores democráticos.

Desta forma, reveste-se de importância o incentivo ao cooperativismo, tendo em vista o potencial de criação de novos empreendimentos e desenvolvimento dos cidadãos, razão pela qual somos **FAVORÁVEIS** ao prosseguimento do projeto de lei.

Sala das comissões, 24 de maio de 2011.

Dep. EVANDRO JUNIOR
Presidente Comissão de Educação

Dep. RASCA RODRIGUES
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Agricultura

28

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 39/2011

(com resposta à diligência)

Projeto de Lei nº. 39/2011

Autoria: Deps. Ney Leprevost e Pedro Lupion

Súmula: Estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.

O presente Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Pedro Lupion, tem por objetivo estabelecer a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo, como forma de apoiar, estimular e incentivar o desenvolvimento da cultura cooperativista, que já é utilizada por 45% da população da Europa e 35% da Norte Americana, enquanto no Brasil apenas 5% da população aproveita o cooperativismo.

Recebeu parecer desta Comissão pela baixa em diligência à Secretaria de Estado da Agricultura, para que se manifestasse a respeito da viabilidade de implantação de tal programa e opinasse sobre possíveis alterações que proporcionassem um texto mais completo.

Em resposta à diligência, a referida Secretaria alegou que analisou a proposição em conjunto com a Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR) e se manifestou favoravelmente ao projeto, alegando que o mesmo condiz com a Lei Agrícola

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

2



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Agricultura

28

Estadual (Lei 9917/92) e com os programas desenvolvidos pela própria Secretaria e executados através de suas vinculadas, principalmente o Instituto EMATER. Propôs a análise de algumas alterações, acrescentando alguns parágrafos ao art. 2º do projeto.

Diante do exposto, acatando a sugestão da Secretaria de Estado da Agricultura, sugerimos a adoção da **EMENDA ADITIVA** em anexo.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2011.

HERMAS BRANDÃO JR
Presidente

ANIBELLI NETO
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Agricultura

29

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº. 39/2011

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, §3º e 141, II do Regimento Interno, ficam incluídos os §§1º e 2º ao artigo 2º do Projeto de Lei nº 39/2011, que passa a contar com a seguinte redação:

Art. 2º. São Objetivos da Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo:

(...)

§1º - As políticas públicas priorizarão as ações técnicas voltadas à agropecuária, realizadas através de associações e cooperativas e deverão contemplar demandas a serem desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

§2º - A critério do Poder Executivo, este facilitará linhas de financiamento dirigidas à agricultura através de associações ou cooperativas.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2011.

HERMAS BRANDÃO JR
Presidente

ANÍBELL NETO
Relator

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 39/11

Projeto de Lei nº 39/11

Autor da emenda: Deputado Hermas Junior.

Súmula: Estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.

EMENTA: OBJETIVA INCLUIR O §1º E O §2º NO ART. 2º DO PROJETO DE LEI 39/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Pedro Lupion, estabelecem a política estadual de apoio ao cooperativismo, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Cesar Silvestri Filho.

Ocorre que, na Comissão de Agricultura desta Casa o referido projeto recebeu uma Emenda Aditiva, de autoria do Presidente da referida Comissão, Deputado Estadual Hermas Junior. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Aditiva em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta na Comissão de Agricultura.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §3º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como aditiva aquela proposição que se acrescenta a outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra. (grifo nosso)

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Aditiva proposta pelo Deputado Estadual Hermas Junior, presidente da Comissão de Agricultura, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 30 Agosto de 2011.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO

RELATOR



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 03 MAIO 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI N.º 375/2011.

Art. 1º Fica denominado **PREFEITO ADOLFO JOAQUIM SEMPREBOM** o trecho da PR 551, que liga a sede do Município de Ivatuba – PR ao trevo da rodovia estadual — PR 317.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, aos 03 dias de maio de 2011.


DEPUTADO ENIO VERRI



JUSTIFICATIVA:

A história do Prefeito Adolfo Joaquim Semprebom se confunde com a do município de Ivatuba, onde chegou no final da década de 40 com seis anos de idade. Seu pai, Aurélio Semprebom, foi o primeiro comerciante do município, com um armazém de secos e molhados que atendia as famílias que trabalhavam, principalmente, na formação de cafezais.

Adolfo Joaquim Semprebom cresceu junto com Ivatuba e desde menino se interessou por política. Ele foi um faz-tudo já na primeira campanha eleitoral realizada no município, em 1962, para a escolha do primeiro prefeito.

O Adolfo Joaquim Semprebom, então com 23 anos, disputou a prefeitura e foi eleito, iniciando assim a mais bem sucedida carreira política daquele município. Foi três vezes prefeito, três vezes vice-prefeito e conheceu apenas uma derrota na carreira e ainda assim por somente 168 votos.

Adolfo Joaquim Semprebom: um paranaense que deixa saudade e o exemplo de caráter e obstinação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO 375/2011

Projeto de Lei nº 375/2011

Autor: Deputado Estadual Enio Verri

Súmula: Denomina Prefeito Adolfo Joaquim Semprebom o trecho da PR 551, que liga a sede do Município de Ivatuba ao Trevo da Rodovia PR 317.

EMENTA: DENOMINAÇÃO DE RODOVIA. ART. 238, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 55 DA LEI FEDERAL 8761/88. INEXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Enio Verri, tem por objetivo denominar a Rodovia de Prefeito Adolfo Joaquim Semprebom, o Trecho da PR 551, que liga a Sede do Município de Ivatuba – PR ao Trevo da Rodovia Estadual PR 317, tendo como objetivo homenagear o Prefeito do Município de Ivatuba, tendo em vista sua importância para tal Município.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO**



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 65 da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO** determina que qualquer membro da Assembléia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio publico estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Além disso, a **LEI ESTADUAL Nº. 8761/88** também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)


Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme retorno de diligência da **SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER**, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.


Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no na **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**, que dispõe sobre a técnica legislativa.



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARECER AO PROJETO 375/2011

Projeto de Lei nº 375/2011

Autor: Deputado Estadual Enio Verri

Súmula: Denomina Prefeito Adolfo Joaquim Semprebom o trecho da PR 551, que liga a sede do Município de Ivatuba ao Trevo da Rodovia PR 317.

EMENTA: DENOMINAÇÃO DE RODOVIA. ART. 238, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 55 DA LEI FEDERAL 8761/88. INEXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Enio Verri, tem por objetivo denominar a Rodovia de Prefeito Adolfo Joaquim Semprebom, o Trecho da PR 551, que liga a Sede do Município de Ivatuba – PR ao Trevo da Rodovia Estadual PR 317, tendo como objetivo homenagear o Prefeito do Município de Ivatuba, tendo em vista sua importância para tal Município.

FUNDAMENTAÇÃO

Observa-se que não há denominação pré-existente, conforme retorno de diligência da **SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM** –





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

DER, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

Dessa forma, diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 12 de Setembro de 2011.


DEPUTADO MARCELO RANGEL
PRESIDENTE


DEPUTADO PR. EDSON PRACZYK
RELATOR